

Adriane Marta Vogel

**AS RELAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E
AS FAMÍLIAS: PERSPECTIVAS E OLHARES A PARTIR DO
OBSERVADO E VIVIDO**

Florianópolis

2018

Adriane Marta Vogel

**AS RELAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AS
FAMÍLIAS: PERSPECTIVAS E OLHARES A PARTIR DO OBSERVADO E VIVIDO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do Título de Licenciado
em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Patrícia de Moraes Lima

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vogel, Adriane Marta

As relações entre instituições de educação infantil e as famílias: perspectivas e olhares a partir do observado e vivido / Adriane Marta Vogel ; orientadora, Patrícia de Moraes Lima, 2018.

36 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Inserção na educação infantil. 3. Família. I. Lima, Patrícia de Moraes. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

Adriane Marta Vogel

**AS RELAÇÕES ENTRE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AS
FAMÍLIAS: PERSPECTIVAS E OLHARES A PARTIR DO OBSERVADO E VIVIDO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de junho de 2018.

Prof. Patricia Laura Torriglia, Dr.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Patrícia de Moraes Lima, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Alexandre Toaldo Bello, Dr.
Examinador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Zoleima Pompeo Rodrigues, Ms.
Examinadora
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação – UFSC

Prof.^a Jacira Carla Bosqueti Muniz, Ms.
Suplente
Rede Municipal de Florianópolis

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha mãe, por me incentivar incansavelmente aos estudos, desde minha mais tenra idade.

Agradeço da mesma forma ao meu irmão Edio, que incentivou meu ingresso na UFSC.

Um agradecimento especial as companheiras desses quase 4 anos e meio de graduação: Beatriz Tenfen, Letícia Junkes, Lígia Poffo, Maytê Celina e Morgana Dreon, por me proporcionarem além de conhecimento, muitas risadas, abraços e palavras de carinho e conforto quando necessário.

Agradeço também a Rodrigo Sérgio Tiedt pelo apoio e compreensão ao longo da graduação.

Agradeço em especial a minha professora orientadora Patrícia de Moraes Lima por aceitar o desafio de me orientar, se dispondo a tirar minhas dúvidas e me guiando ao longo de todo o processo deste trabalho.

Agradeço também a banca examinadora pela disposição em ler este trabalho, e contribuir para sua melhoria.

Agradeço a instituição de educação infantil e as profissionais que cederam um pouco de seu tempo e espaço para que eu pudesse realizar minhas observações.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Ao longo dos anos a busca por uma vaga na educação infantil vem aumentando, seja por necessidade da família em ter um local seguro para deixar a criança, seja pelo direito que esta tem à educação na mais tenra idade. Para que esta transição da família para a instituição não se torne um processo árduo nem para a família e nem para a criança, algumas especificidades devem ser levadas em consideração no processo de inserção da criança na instituição. Nesse sentido, este trabalho busca compreender como autores da área entendem este processo, e como ele se dá efetivamente no dia a dia. Para a compreensão do dia a dia, fez-se uma imersão em uma instituição da rede municipal de Florianópolis/SC, podendo assim acompanhar a chegada das famílias na instituição e o processo de despedida da mesma, bem como as primeiras horas que se seguem após este momento.

Palavras-chave: Educação infantil. Família. Inserção.

ABSTRACT

Through the years the search for a spot in early childhood education has been increasing, either due to the families' need to have a safe place to leave their children during work hours, or due to the granted children's right to have access to education in their earliest ages. To make sure that the transition from the family to the educational institution does not become unpleasant for both the families and their children, some features must be taken into consideration in the process of inserting the children into the institutions. To that extent, this work seeks to comprehend how different authors regard this process, and how it is accomplished in the daily life of families. To study the daily life, we accompanied the routine of an institution of the public educational system of Florianópolis/SC/Brazil, following the arrival and departure of families from the institution, as well as the first hours that follow immediately from these events.

Keywords: Early childhood education. Family. Insertion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jogos Infantis	19
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD – Banco Digital Brasileira de Teses e Dissertações

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GT – Grupo de Trabalho

G2 – Grupo 2

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	13
2	METODOLOGIA	14
3	RELAÇÕES ENTRE O ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A FAMÍLIA	17
3.1	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO LONGO DO ÚLTIMO SÉCULO.....	20
4	A INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	22
4.1	ORIENTAÇÕES PARA O PROCESSO DE INSERÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS	22
4.2	SIGNIFICADO DA INSERÇÃO – PERSPECTIVAS A PARTIR DO OLHAR DAS PROFESSORAS.....	25
4.3	OBSERVAÇÕES E VIVÊNCIAS NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos alguns termos vêm sendo utilizados para o processo que família e criança passam quando ingressam em uma instituição de educação infantil. Os termos mais comumente utilizados nas referências que serão utilizadas neste trabalho são adaptação e inserção. Na definição destes dois termos, vamos ao encontro do estudo de Reis, que dialoga com autores que “acreditam em um mundo em constante movimento e transformação no qual as crianças são tão ativas quanto os adultos em sua atuação, sendo, portanto sujeitos de conhecimento.” (REIS, 2013, p. 01) Nesse sentido, a palavra adaptação, remete a algo que deve ajustar-se, adaptar-se, entrar em algum molde, o que parece algo brutal se considerarmos as vivências individuais das crianças e suas famílias.

Dessa forma, a palavra inserção vem nos contemplar no sentido de se referir a um processo de inclusão, de se tornar parte de um contexto, tendo a possibilidade de modificar e ser modificado pelo novo ambiente em que está se inserindo. (REIS, 2013) Portanto, utilizaremos este termo ao longo do trabalho para nos remetermos ao processo de transição do lar para a instituição, das crianças pequenas que estão passando por esta etapa de suas vidas.

Quando a criança é inserida em um contexto público (instituição de educação infantil) pela primeira vez, muitas são as mudanças que ocorrem, tanto para ela quanto para sua família. Ao deixar de fazer parte apenas do contexto familiar a criança inicia novas experiências, novos modos de cultura e organização do espaço. Assim, também a família experimenta novas vivências, deixando de estar em contato integral com a criança, passando o dia, ou algumas horas dele, longe daquele sujeito a quem estava sob seu olhar a cada instante.

Frequentar novos lugares, ter contato com novos sujeitos e conhecer novos espaços é algo desafiador para todos os indivíduos, mas quando isso ocorre logo nos primeiros anos de vida é necessário que se tenha uma atenção especial a este momento. Podemos aqui dizer que esta mudança não é uma escolha para a criança, pois, em sua maioria, surge da necessidade dos adultos ao seu redor. Perceber como ocorre o conhecimento e o reconhecimento deste novo lugar pelas crianças, e principalmente, pela família que a está deixando neste novo espaço é o foco deste trabalho.

O processo de inserção pode ocorrer não somente no início do ano, mas ao longo dele, tendo como justificativa diversos contextos. Assim, pode ocorrer que o grupo de crianças não esteja completo já no primeiro dia, e que alguma criança ocupe esta vaga no decorrer do ano sendo necessário dedicar um tempo para o processo de inserção destes que

estão chegando. Da mesma forma, a reconstrução de vínculos se torna necessária, quando a criança adoece e permanece por alguns dias afastadas da instituição, quando da ocorrência de paralisações por parte dos profissionais, ou mesmo com crianças que já freqüentavam a instituição em anos anteriores, e que precisam restabelecer seus vínculos.

A motivação inicial da pesquisa surge então, a partir de reflexões pessoais acerca de questionamentos ouvidos ao longo de uma trajetória em que me fiz presente na educação infantil como estagiária, e ao longo da vida no convívio com meus 6 sobrinhos e seus processos de inserção na instituição de educação infantil. Algumas das falas que pude presenciar no momento em que essas crianças inseriam-se na Educação Infantil são: “ele é muito novo para ingressar em uma creche”, “será que já é hora, ainda posso ficar com ele em casa”. Esses questionamentos me motivaram a compreender este processo de inserção da criança pequena em uma instituição de educação infantil e como a família vivência esta transição.

É fundamental que as famílias percebam que deixar seu bebê nestas instituições não é só uma necessidade do adulto que convive e cuida desta criança, mas também a afirmação e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos (MAISTRO, 1999). Nesse sentido, “o entendimento de que creche e famílias são instituições que se complementam nas funções de "cuidar" e "educar" resultará em mais tranquilidade para as crianças, uma vez que elas assumem uma situação de "duplo pertencimento", pois na realidade pertencem ao mesmo tempo a estes dois mundos.” (MAISTRO, 1999, p.56)

Assim, ainda segundo Maistro, 1999, é necessário romper com a dicotomização destes papéis, como se a existência ou permanência de uma invalidasse a existência ou permanência do outro, ou seja, não deve haver competição entre uma e outra, mas complementaridade.

Na rede municipal de Florianópolis, cidade onde a pesquisa teve seu embasamento empírico, há um documento que circula entre as instituições de educação infantil e que dá subsídios para o processo de inserção. O documento intitulado *Orientações para o processo de inserção das crianças na educação infantil* (DIRETORIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE FLORIANÓPOLIS, 2018) traz orientações que subsidiam este processo inicial para todas as faixas etárias da educação infantil. Este é um importante suporte dado aos profissionais da rede municipal, e que será discutido neste trabalho.

Para além da leitura do documento citado acima, e para uma melhor compreensão de todo o processo de inserção, houve o contato direto com uma instituição de educação infantil da cidade de Florianópolis/SC. Na ocasião pude observar o período de entrada de um grupo

de crianças que iniciava pela primeira vez seu contato com esta unidade educacional, tendo um olhar mais atento ao momento de despedida da criança de sua família. No decorrer das observações o diálogo com as professoras do grupo se manteve constante, no sentido de compreender como se dava o processo de inserção das crianças na instituição.

Assim, tanto na conversa quanto na observação alguns elementos foram percebidos, como a insegurança de algumas famílias em deixar a criança sozinha naquele espaço, a preocupação em repassar informes de como foi seu período matutino, entre outras. Também foi possível perceber as relações que as crianças estabelecem com o ambiente, os brinquedos, os colegas, etc. após a partida do adulto responsável.

Percebendo o espaço da instituição de educação infantil como um espaço de direito das crianças, este trabalho inicia com um breve histórico desta construção de direitos, bem como das mudanças que vem ocorrendo nas estruturas familiares nos últimos anos. Em seguida, encontram-se as orientações para o processo de inserção da rede municipal de Florianópolis, com o qual busco compreender as orientações da secretaria municipal de educação com o processo de inserção das crianças nas instituições de educação infantil.

O relato das observações, assim como importantes falas das professoras ao longo dos dias em que estive na instituição encontram-se explicitadas na segunda parte deste trabalho, em que se trata especificamente da inserção na educação infantil. Para finalizar, trago as considerações tecidas durante o processo de constituição do presente trabalho.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa versa sobre compreender, sob o olhar das professoras e dos momentos observados, se há ou não e quais rupturas encontram-se nos processos de inserção nas instituições de educação infantil, no sentido de perceber se este movimento família - instituição traz incômodo ou desconforto para os sujeitos envolvidos.

1.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Compreender, a partir das professoras, do observado e vivido, de que modo as famílias vivenciam o processo de inserção nas instituições de educação infantil e quais relações são estabelecidas nesse percurso.

Objetivos Específicos

- Identificar quais as expectativas das famílias em relação ao novo espaço em que a criança está sendo inserida;
- Acompanhar a inserção de algumas famílias na instituição de educação infantil.
- Analisar a partir das observações e das conversas com as professoras, quais elementos estão presentes na inserção.

2 METODOLOGIA

Este trabalho se inicia a partir de leituras referente ao processo de inserção das crianças em instituições de educação infantil e de como elas e suas famílias vivenciam este processo. Para isto, a dissertação de mestrado de Zoleima Pompeo Rodrigues, intitulada *A inserção na relação educativo-pedagógico na educação infantil*, submetida ao programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2017 teve significativa influência.

Em seu trabalho, Rodrigues (2017) faz uma delimitação temática através de produções científicas disponibilizadas no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, e também na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, ao longo dos últimos anos (2007 a 2016). Esta busca se deu através de palavras-chave, que vão ao encontro do trabalho aqui proposto, sendo priorizadas as palavras: adaptação e inserção.

No sentido de ampliar a discussão, e verificar a possibilidade de novas publicações, fez-se a busca em ambos os bancos de dados citados acima também no ano de 2017, utilizando as mesmas palavras-chave, mas nenhuma nova publicação foi encontrada. Salientamos que a pesquisa na biblioteca da ANPEd envolveu os Grupos de Trabalhos – GTs: GT 7 Educação de crianças de 0 a 6 anos; GT 14 Sociologia da educação; GT 20 Psicologia da educação.

Dentre os trabalhos pesquisados, considerou-se necessária a leitura de três deles, a saber: *Da família a creche: narrativas de mães sobre processos de transição de seus bebês*, sendo esta uma tese de mestrado cuja autora é Marina Ribeiro da Cunha Fernandes, publicada em 2015 e disponível no banco de dados da BDTD; também disponível neste banco de dados, tem-se a dissertação de mestrado de Eliana Sukerth Pantalena, intitulada *O ingresso da criança na creche e os vínculos iniciais* de 2010; já na biblioteca da ANPEd, no GT 7, considerou-se o trabalho de Lucilaine Maria da Silva Reis, intitulado *Inserção e vivências cotidianas: como crianças pequenas experienciam sua entrada na educação infantil?* do ano de 2013.

Para além das leituras acima citadas outras se fizeram necessárias (CERISARA, 1999; FONSECA, 2002, 2005; MAISTRO, 1999; MIRANDA, 1985) para compreender conceitos e sistêmicas que envolvem este importante processo pelo qual a criança e sua família passam quando chegam em uma instituição de educação infantil. Nesse sentido, julgou-se necessário ainda, o convívio mais próximo desse processo, sendo que algumas idas a campo foram realizadas.

A instituição escolhida para subsidiar este trabalho, se localiza no leste do município de Florianópolis e já é parceira do curso de graduação em Pedagogia da UFSC no sentido de acolher as estudantes para seu estágio obrigatório na 7ª fase do curso. Foi juntamente com estas estudantes e com a professora orientadora do estágio deste semestre e que também orienta este Trabalho de Conclusão de Curso, professora Patrícia de Moraes Lima, que se deu a minha imersão em campo. Vale ressaltar, que as observações realizadas ocorreram em alguns dias que corresponderam ao processo de inserção, com a presença da professora orientadora e em comum acordo com as professoras, coordenadora e diretora da instituição de educação infantil.

Assim, houve uma primeira visita para dialogar com a diretora e supervisora responsáveis, conhecer os espaços da instituição e verificar os grupos disponíveis para estágio e para este TCC. Sabendo da delimitação do nosso tema, a coordenadora indicou para a possibilidade de observação e registro o grupo G2, que são crianças na faixa etária de 1 a 2 anos. Nesta instituição, o grupo era composto por 14 crianças, todas iniciando pela primeira vez sua vivência neste espaço público de ensino, sendo acompanhadas por uma professora regente e uma professora auxiliar, no período vespertino, compreendido entre 13 e 17 horas.

A minha observação se concentrou no período de entrada das crianças, ou seja, das 13h até por volta das 15h, sendo que neste momento se verificava a atitude da criança ao

chegar no espaço, a postura da família no momento da despedida e também se mantinha um diálogo com as professoras do grupo. Por conta de calendários diferenciados entre a UFSC e a rede municipal de Florianópolis, no momento da primeira observação, o ano letivo na rede municipal já havia iniciado, por isso o diálogo com as profissionais foi de suma importância neste processo.

Diante destas condições, a primeira ida a campo se deu no dia 12 de março de 2018, para a conversa inicial com a diretora, a coordenadora e conhecimento do local. No dia seguinte, fizemos uma visita ao bairro, em especial a locais que, segundo a coordenadora da instituição, são freqüentados pelas crianças. A observação efetiva dos momentos de chegada das crianças e suas famílias ocorreram nos dias 26, 27, 28 de março e 03, 04 de abril do corrente ano.

A sala de um grupo da educação infantil é muito dinâmica, com cada criança fazendo algo diferente a todo tempo, portanto a interação é quase inevitável, o que torna esta observação uma observação participante, pelo fato de não conseguir negar o envolvimento com uma criança quando ela lhe entrega um brinquedo ou pede água, por exemplo, ou até mesmo para manter um contato mais próximo a fim de não se tornar uma pessoa estranha e que possa causar algum constrangimento a elas.

Gil (2008) vem ao nosso encontro nessa tentativa de se tornar parte do grupo, quando considera a observação participante como:

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (GIL, 2008, p.103)

Ser considerada como parte do grupo, tanto pelas crianças quanto pelas professoras que atuavam com elas, fez com que as dinâmicas do dia a dia se mantivessem, pois quanto menor o sentimento de invasão pelo grupo pesquisado, menor são as interferências causadas nas práticas diárias.

Assim, este trabalho tem o caráter de uma pesquisa qualitativa, que trabalha com um universo de significados, gerando possibilidade de análises que não são quantificáveis.

3 RELAÇÕES ENTRE O ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A FAMÍLIA

Para compreender esta relação entre o atendimento na educação infantil e a família, é necessário inicialmente compreendermos de qual família e de qual atendimento estamos falando. Historicamente o conceito de família vem mudando, não só no Brasil, mas também no contexto internacional. A ideia de família nuclear – aquela em que existe um pai provedor da renda e uma mãe que cuida integralmente dos filhos do casal - está se esvaindo. Assim, outras constituições familiares vão surgindo, como uma mãe cuidando sozinha do seu filho (a), casais homossexuais dividindo o mesmo lar com ou sem filhos, indivíduos que moram só, entre outros. Segundo pesquisas e sob o olhar antropológico de Fonseca (2002), não existe um padrão universal de evolução familiar, mas percebe-se o abandono àquele modelo tradicional e às crenças de ‘antigamente’.

Apesar de estarmos diante dessa mudança na concepção de família, esta ainda é uma palavra forte, carregada de valores e significados, que situa o indivíduo no mundo e lhe dá uma identidade. Além disso, a noção de família ainda está muito ligada a várias discussões, inclusive na formulação de políticas públicas. Segundo Fonseca, ao discutir-se as questões familiares nos mais diversos espaços, não podemos “cair no erro do passado – de imaginar um modelo homogêneo, coerente, hegemônico”, mas deve-se pensar em perspectivas que “resgatem a especificidade de cada configuração.” (FONSECA, 2002, p.05).

Inicialmente, muitas famílias eram formadas com o intuito de perpetuar o sobrenome e os bens da família, ou para que a família adquirisse bens, com a recompensa de ‘dotes’ e casamentos arranjados. É a partir da revolução industrial que o afeto começa a ser base para a formação familiar. A escolha do cônjuge parte do indivíduo, e não mais de seus pais ou parentes próximos. A opção de ter filhos deixa de ser baseada na ideia de mão de obra familiar, e passa a vigorar no campo do sentimento. Assim, se deixa de ter uma obrigatoriedade e passa-se a ter escolhas: escolha do cônjuge, de uma possível separação, da quantidade de filhos, da adoção de filhos, etc. Isso também torna o conceito de família e parentesco extenso, no sentido da possibilidade de novas relações conjugais após uma separação, o auxílio de uma pessoa externa no cuidado da criança pequena, entre outros. Pensando neste contexto, Segalen define parentesco como:

O parentesco [pode ser visto] como um conjunto de pessoas ligadas pelo sangue ou por casamento ou por um laço de pseudo-casamento que se reconhecem não em função de ancestrais, mitos ou territórios em comum, mas, sim, em função de direitos de deveres recíprocos, criados

principalmente pela presença de crianças nascidas ou criadas por elas. (SEGALEN 1995: 15-16 *apud* FONSECA, 2002, p.08)

Portanto, não há um padrão para definir família, ela pode mudar de acordo com a classe social, local onde se encontra e necessidade de auxílio externo. Pelo largo alcance desse conceito, Fonseca (2005) faz uso do termo “dinâmicas e relações familiares” no intuito de abranger este vasto campo. Ainda segundo a autora, e indo ao encontro de Segalen, o laço familiar é definido como

Uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo). (FONSECA, 2005, p.54)

Desse modo, uma criança pode considerar como mãe, pai ou avó/ avô mais de uma pessoa, pois há uma mobilização dos adultos que convivem com ela e que zelam pelo seu cuidado e bem estar. Diante desta vasta possibilidade de estruturas familiares, há de se perceber a criança como um indivíduo singular, que modifica e é modificado pelo meio em que vive, e não como um sujeito universal.

Torna-se importante aqui, lembrar que esta percepção de um indivíduo singular e com suas próprias necessidades nem sempre foi considerado, sendo esta uma construção histórica e social. Anteriormente à sociedade industrial, os cuidados à criança se limitavam as necessidades físicas para sua sobrevivência, o que girava em torno dos 7 anos de idade. Após essa idade, ela aprendia os costumes e atividades com a sociedade em que vivia, não havia o sentimento de intimidade e privacidade familiar, misturando assim idades e condições sociais diversas.

Na figura abaixo podemos perceber a vida em comunidade através das diversas brincadeiras representadas por Pieter Bruegel, um artista do século XVI, que pintou a obra “Jogos Infantis”. É possível perceber nesta obra as crianças brincando em um grande pátio, com algumas casas nas proximidades.

Figura 1 - Jogos Infantis



Fonte: www.meusbrinquedosantigos.blogspot.com

A partir do século XVIII, com a organização da família moderna, se instaurou a intimidade, a vida privada, sendo neste momento a criança retirada do convívio da comunidade, permanecendo restrita ao seio familiar. Assim, já a partir do final do século XVII houve a necessidade das crianças começarem a ir à escola, para que pudessem receber a “sólida formação proclamada pelo pensamento moralista da época”. (MIRANDA, 1985)

Com a revolução industrial, também se modificou a estruturação da família. Deste momento em diante não era mais necessária a utilização da força bruta, já que as máquinas faziam o trabalho “pesado”, assim, houve uma migração em massa da mulher para a fábrica, o que implicou diretamente no cuidar e educar seus filhos. As mães que saíam para trabalhar acabavam por deixar seus filhos com outras mães e senhoras da comunidade, que cobravam pelo cuidado da criança.

Com a crescente participação do homem e da mulher nas fábricas, algumas formas de organização mais formais para o cuidado e o educar das crianças foram surgindo. Organizada pelas próprias senhoras da comunidade, não tinham uma proposta de instrução formal, mas era baseada na verbalização de cantos e rezas. Concomitante com esta proposta tem-se a abertura de creches e jardins de infância, que em seu início tem um objetivo puramente assistencialista, mas que logo inicia sua preocupação com questões educacionais. (PASCHOAL; MACHADO, 2009)

Na discussão que segue, abrangeremos brevemente este momento inicial da educação infantil em instituições de ensino e quais foram as leis que regeram este nível de educação, para que ele pudesse se tornar um direito universal a todas as crianças.

3.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO LONGO DO ÚLTIMO SÉCULO

No final do século XIX e início do século XX se tem a abertura de diversas creches e jardins de infância, sendo que cada uma se justificava a seu modo: “a jurídico-policia, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância”. (PASCHOAL & MACHADO, 2009, p.83)

Já em meados do século XX, há a reivindicação de diferentes grupos sociais por melhores instituições de ensino, e pelo acesso à mesma, independente de as crianças terem mães trabalhando nas fábricas ou não. Essa busca pelas instituições de ensino tem um caráter compensatório, no intuito de superar as precárias condições sociais à que a criança era submetida. Essa reivindicação aumentou consideravelmente as instituições regidas pelo poder público.

Somente no final do século XX, por volta da década de 70 e 80 é que se começa a pensar na educação como um direito à criança desde seu nascimento. Foi assim, que após mobilizações de vários setores da sociedade, conseguiu-se garantir este direito às crianças de 0 a 6 anos de idade. Este direito está assegurado na Constituição Federal de 1988 no seu artigo 208, inciso IV em que o Estado tem o dever de garantir a educação infantil em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (atualmente esta idade foi alterada pela emenda constitucional nº53, de 2006, em que este direito é garantido até os cinco anos de idade). (BRASIL, 1988)

A partir deste momento as instituições de ensino voltadas para as crianças de 0 a 6 anos passam a fazer parte do capítulo destinado à educação, ou seja, perdem o seu caráter assistencialista. Passa a vigorar assim, uma proposta que torna o cuidar e o educar indissociáveis.

Logo após a aprovação da Constituição Federal, é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei 8.069/90, que firmou a criança e o adolescente como sujeito de direitos. Logo em seu artigo 3, lê-se:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990)

Em redação posterior e atualizada (incluído pela lei nº 13.257 de 2016), têm-se os sujeitos de direitos deste estatuto elucidados, em parágrafo único:

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 1990)

Nos anos que se seguiram, as discussões continuaram e resultaram na lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Temos aqui a educação escolar composta por: “I – a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior”. (BRASIL, 1996) Nesse sentido, a educação infantil se torna a primeira etapa do processo de escolarização de todo e qualquer sujeito, tendo como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996)

Ainda segunda a LDB 9.394/96 a educação infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade, sendo obrigatoriedade a partir dos 4 anos de idade. Assim, a educação infantil ganha espaço e amplitude dentro das instituições de ensino, tendo feito diversos avanços quanto às políticas públicas.

Apesar dos avanços realizados ao longo dos anos, como pudemos perceber no breve histórico acima, Cerisara (1999) constata alguns riscos em relação a esta nova etapa de ensino. É preciso estar atento ao fato de que este nível de ensino não pode seguir os moldes do ensino fundamental, pois este último está muito voltado ao ensino de conteúdos escolares, trazidos muitas vezes de forma reduzida e fragmentada. Segundo a autora, é preciso “trabalhar com as crianças pequenas em diferentes contextos educativos, envolvendo todos os processos de constituição da criança em suas dimensões intelectuais, sociais, emocionais, expressivas, culturais, interacionais.” (CERISARA, 1999, p.16)

A autora coloca como um desafio a ser vencido, a construção de uma Pedagogia da Educação Infantil, que possa romper com a velha Pedagogia Escolar, trazendo assim as especificidades desta etapa de ensino,

[...] cuja especificidade requer uma prevalência do **educativo** sobre o **instrucional**, ou seja, mais do que nível de ensino, estas instituições devem realizar um trabalho contemplando e priorizando os **processos educativos** que envolvem as crianças como sujeitos da e na cultura com suas

especificidades etárias, de gênero, de raça, de classe social. (CERISARA, 1999, p.15-16)

Percebemos ao longo do estudo, grandes mudanças quanto a constituição das novas famílias e também quanto as políticas relacionadas à educação infantil. Diante desse cenário, é fundamental que instituições de educação infantil e família mantenham contato freqüente, para que possam estabelecer uma relação que favoreça o desenvolvimento integral da criança desde sua mais tenra idade.

Com a crescente quantidade de instituições de educação infantil e considerando o direito da criança à educação e a necessidade da família em usufruir destas instituições, torna-se importante um olhar para este processo de transição família – instituição. Pensando nesse processo em seu momento inicial, realizaremos adiante uma discussão acerca desse processo de inserção na rede municipal de Florianópolis/SC.

4 A INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1 ORIENTAÇÕES PARA O PROCESSO DE INSERÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

A secretaria de educação do município de Florianópolis, cidade onde a pesquisa teve seu embasamento empírico, disponibiliza através de seu site um documento que orienta o processo de inserção das crianças na educação infantil, o qual é encaminhado às instituições da rede municipal. Este documento intitulado *Orientações para o processo de inserção das crianças na educação infantil* (Diretoria de educação infantil de Florianópolis, 2018), traz orientações de como organizar o planejamento, como estabelecer a relação com as famílias, como organizar a instituição para o acolhimento inicial e como organizar os grupos de crianças, tantos os que já freqüentavam a instituição, como os que estão chegando pela primeira vez.

Há duas versões deste documento, sendo uma do ano de 2010, e outra reformulada e ampliada, datada deste ano. A reformulação e não o esquecimento destas orientações me faz perceber a importância deste assunto e a atenção destinada a este nível da educação básica pelo município. Portanto, ambos os documentos poderão ser encontrados na referência deste trabalho.

Este documento é também mencionado pela professora do grupo de crianças em que pude fazer minhas observações, como sendo um suporte que foi enviado as unidades educativas neste ano, pois nos anos anteriores a inserção era feita de uma forma parecida com a que consta nas orientações, sempre respeitando o tempo da criança, mas a organização dos horários e períodos de permanência nos primeiros dias era “bancado” pela instituição.

Adentrando o documento datado deste ano, pode-se perceber a preocupação com o processo de transição da criança da família/privado para a instituição/público, quando este traz que esta mudança repercute na vida da criança, pois ela deixa de ter o cuidado exclusivo da família e passa a viver em um ambiente que privilegia as interações e a coletividade. Nesse sentido,

Torna-se imprescindível refletir e planejar estratégias para, de forma cuidadosa, fomentar o início de novos relacionamentos entre as crianças, suas famílias e as profissionais. Sobretudo, se considerarmos que este é um momento peculiar de separação temporária entre criança e família, que exige o estabelecimento de confiança entre estes e as profissionais da unidade educativa. (Orientações para o processo de inserção das crianças na educação infantil, Diretoria de educação infantil de Florianópolis, 2018, p. 01)

Assim, o documento vem trazer um “[...] conjunto de orientações que visam contribuir para o processo de inserção nos contextos educativos, sob a perspectiva de reafirmar o direito das crianças a uma especial atenção durante seu processo de entrada ou retorno à educação infantil.” (Idem, p. 02)

Antes de especificar as orientações, quanto ao planejamento e recepção das crianças e suas famílias, o documento faz uma breve discussão acerca do termo adequado a ser utilizado neste processo. São elencados os termos adaptação, acolhimento e inserção. Em suma, é concluído que o termo adaptação se refere à ideia de subordinação, neste caso, dos pais e crianças às normas da instituição. Já o termo acolhimento deve ser uma postura permanente da relação educativa, não se restringindo a um momento específico. Portanto, o termo inserção se torna mais adequado ao processo de entrada das crianças nas instituições de educação infantil, pois

[...] considera-se que o termo é mais amplo e possibilita reconhecer o caráter processual desse momento, bem como a ação ativa dos que deste fazem parte. Ou seja, ao mesmo tempo em que ocorre a separação gradual da criança com a família, mediada por um adulto profissional, também acontece um processo de construção e ampliação de uma nova rede de relações; novos relacionamentos e construção de vínculos. (Idem, p. 03)

Ainda nesta perspectiva, a opção pelo termo inserção se justifica “[...] pelo entendimento de que integrar-se num grupo pressupõe tornar-se parte dele, incluir-se, sendo

que a criança não apenas se acomoda, mas integra-se ativamente, interfere na sua composição.” (Idem, p. 04). Portanto, modificamos e somos modificados constantemente.

Delimitando o enfoque ao nosso público alvo que são as crianças de 4 meses a 2 anos e 11 meses de idade, as recomendações sobre esse processo inicial são de que se organizem, em acordo com as famílias, pequenos grupos com atendimento em diferentes horários, e gradativamente se amplie o período de permanência das crianças na instituição. A duração do processo de inserção não há de ser igual para todas as crianças, considerando suas singularidades e especificidades. (Orientações para o processo de inserção das crianças na educação infantil, Diretoria de educação infantil de Florianópolis, 2010)

O documento da rede de Florianópolis sugere que o ambiente seja organizado com diferentes temas, que atraiam a atenção e o interesse da criança pequena. Possibilita ainda que a criança traga algum objeto pessoal de casa, que a faça se sentir mais confortável, permitindo que essa transição da família para a instituição seja gradativa.

Em relação à família, o documento traz a importância da reunião inicial, que é feita antes do início do atendimento as crianças. Nesta reunião deve-se explicar como será o processo de inserção, obter dados em relação as preferências das crianças, informar da necessidade do acompanhamento de algum familiar à criança nestes primeiros dias na instituição e a organização de um espaço de acolhimento destas famílias. (Idem)

Nesse sentido, segundo Gandini

O processo de inserimento requer um ambiente cuidadosamente planejado e preparado, que transmita mensagens imediatas de acolhimento e respeito a crianças e famílias, (...). O principal indicador de acolhimento que os pais podem receber é o fato de serem convidados a passar o maior tempo possível na creche. (GANDINI, 2002 *apud* PANTALENA, 2010, p.21)

Assim, “é importante solicitar que um familiar (pode ser pai, mãe, irmã/o mais velho, tio/a primo/a avó, avô ou até um vizinho/a ou amigo/a próximo da família que tenha vínculo afetivo construído com a criança) acompanhe a criança nos primeiros dias de frequência na instituição [...]” (Orientações para o processo de inserção das crianças na educação infantil, Diretoria de educação infantil de Florianópolis, 2018, p. 05) Esta ideia de família concebida pelo documento da rede de Florianópolis, corrobora com nossa discussão neste trabalho, de que a família deve ser vista como uma instituição mais ampla, permeada de sujeitos que se encontram ligados por consangüinidade, por afetividade ou necessidade.

Ainda nas orientações estabelecidas na relação com as famílias, o documento enfatiza a necessidade de considerá-las como parceiras no processo de inserção, tendo uma postura de acolhimento e troca de experiências. “É importante salientar que o papel da família

não é substituir as ações das profissionais, mas sim, conhecer a dinâmica de funcionamento e auxiliar a criança a estabelecer uma relação de confiança frente aos desafios desse novo espaço.” (Idem, p. 05).

Desta forma, este documento teve sua relevância e significativa importância para este trabalho, por corroborar com ideias e conceitos aqui já abordados e por ser norteador das tomadas de decisão no processo de inserção da rede municipal de Florianópolis, onde este trabalho foi realizado.

Perante conhecimento prévio estabelecido pela leitura do documento orientador discutido aqui e por demais leituras acerca do conceito inserção, iniciou-se o contato mais direto com uma instituição de educação infantil, no sentido de compreender através do olhar das professoras e do observado e vivido por mim como esse processo ocorre.

4.2 SIGNIFICADO DA INSERÇÃO – PERSPECTIVAS A PARTIR DO OLHAR DAS PROFESSORAS

No decorrer dos anos, dois termos vêm sendo bastante utilizados para o processo que a criança realiza ao deixar seu lar e adentrar a uma instituição de ensino: adaptação e inserção. Há certa discussão em relação a estes termos, e alguns autores já estão deixando de utilizar a palavra adaptação e privilegiando a palavra inserção. Isto se deve ao fato de a palavra adaptação sugerir que o indivíduo deve se adaptar a situação, local ou meio que está vivendo.

Segundo Reis (2013, p.3), “a palavra adaptação era usada não apenas para falar da entrada das crianças nas instituições, mas para dizer que as crianças precisavam se adaptar ao mundo de modo geral”, pois o mundo era concebido como pronto e acabado e cabia ao sujeito se adaptar a ele. Assim, também cabia ao sujeito se adaptar ao ambiente escolar, pois esta “era uma das engrenagens deste mundo que já estava posto e construído ao qual deveriam se adaptar.” (REIS, 2013, p.03) Portanto, a palavra adaptação sugere que devemos nos encaixar nos moldes postos, que não há interação e nem troca entre o sujeito e o meio.

Para a autora ainda, a palavra inserção remete “[...] a ideia de que a pessoa também age na situação vivida, também transforma o entorno à medida em que é transformada.” (REIS, 2013, p.02) Nesse sentido, compreendemos que não nascemos prontos, e que os lugares que freqüentamos ao longo da vida também são inacabados, portanto, somos transformados e transformamos os lugares de acordo com as necessidades e com as

experiências de vida individuais. Assim, mesmo os bebês de apenas alguns meses de vida, modificam e são modificados pela vivência em um novo ambiente, pois já trazem consigo uma bagagem do contexto familiar em que viviam até o momento.

Ainda nesse movimento de compreender os conceitos em relação ao ingresso da criança nas instituições de educação infantil, Fernandes (2014) considera em seu trabalho, a família e a creche como sendo instituições sociais. A ideia de instituição social surge do fato de que:

Todas as atividades humanas estão sujeitas ao hábito, pois quaisquer ações que são realizadas diversas vezes tornam-se moldadas a um determinado padrão, tornam-se cotidianas. Esses processos de formação de hábitos precedem a institucionalização e, por consequência, formam uma determinada instituição social. Pelo simples fato de existirem, as instituições sociais interferem e influenciam a conduta humana com o estabelecimento de padrões definidos previamente que a direcionam para um determinado caminho e não a outro. (FERNANDES, 2014, p. 24)

Portanto, família e creche são as primeiras instituições sociais que fazem parte da vida de um bebê, já que ambas são definidas com regras e hábitos que conduzem a vida humana. Sendo assim, estas instituições “[...] são entendidas igualmente como educadoras, cuidadoras e socializadoras das crianças e que participam igualmente do processo de transição das crianças.” (FERNANDES, 2014, p. 30)

Desse modo, a autora vai ao encontro do documento *Orientações para o processo de inserção das crianças na educação infantil* da rede municipal de Florianópolis, já mencionado neste trabalho, no sentido de garantir à criança pequena uma inserção sem traumas no ambiente institucionalizado. Assim, este processo deve ser feito de forma gradual, iniciando com algumas horas por dia na instituição, acompanhado de algum familiar, até o momento em que se perceba que a criança se sente segura e confortável no novo ambiente proposto a ela.

Fernandes considera que,

As condições para uma boa inserção estão diretamente relacionadas à presença da regularidade de adultos de referência, à atenção das educadoras na observação da interação entre pais e criança, ao relacionamento individualizado no estabelecimento de rotinas, às atividades lúdicas e ao cuidado com a criança. (FERNANDES, 2014, p. 31)

Torna-se importante então, o diálogo dos profissionais da instituição com os familiares, para que se possa ter um panorama geral dos gostos, manias, brincadeiras favoritas, entre outros, das crianças que estão adentrando a instituição e se afastando do convívio familiar. Esse diálogo deve se manter constante em especial com as professoras de sala, pois são elas que passam o dia em contato com a criança, podendo assim identificar seus

anseios diários. Lembrando que, segundo Fernandes (2014), a família é a primeira instituição social de que a criança faz parte, e cada uma é singular, possuindo suas normas e especificidades, tornando assim a conversa diária ainda mais necessária.

Na perspectiva de compreender melhor os anseios da família, e também no sentido de que haja um contato inicial entre família, instituição e profissionais, a rede de Florianópolis inicia o ano letivo com uma reunião/entrevista com a família que inicia esse processo de transição da criança do lar/privado para o público. Em geral, este primeiro contato acontece com a presença da criança que freqüentará a instituição, possibilitando que ela conheça este novo ambiente e também tenha seu primeiro contato com seu/sua professor/professora.

Assim, é neste momento inicial que se busca compreender os hábitos e principais comportamentos das crianças em relação à alimentação, brincadeiras, sono, entre outros. É também, nesta conversa que se apresentam os espaços institucionais a família e lhe é informado como se dará o processo de inserção.

Vale ressaltar aqui alguns aspectos importantes sobre o processo de inserção na rede municipal de Florianópolis. Inicialmente seu tempo é reduzido, ficando a criança por aproximadamente 2 horas em sala, acompanhada de algum familiar. Assim que o familiar percebe que a criança está interagindo com o ambiente e com os colegas, estando numa dinâmica em que não há a necessidade da presença do adulto responsável, este pode se afastar e ir a outro espaço da instituição. O tempo de permanência da criança na instituição é aumentado gradativamente, de acordo com a segurança que a mesma demonstra no espaço. É de suma importância, que a família tenha confiança nos profissionais que ficarão com a criança e também em relação ao seu afastamento por algumas horas ao longo do dia, pois é este sentimento de segurança que trará conforto à criança.

Nesse sentido, há o relato de uma das profissionais da instituição no campo de pesquisa deste trabalho, de uma criança que passou duas semanas nesse processo inicial de inserção, ficando somente algumas horas em sala e acompanhada pelo pai. O pai em questão ficava muito com o filho no colo e tinha dificuldade de se afastar quando o filho saía de seu colo para interagir no espaço. A insegurança do pai refletiu no processo pelo qual o filho estava passando, fazendo com que ele se estendesse.

Em geral, após o segundo ou terceiro dia do início das crianças na instituição é recomendado ao familiar que acompanha o processo que se retire da sala, mas que fique pela região, para que se houver algum choro incontrolável ou situação desconfortável, os responsáveis possam ser comunicados e se façam presentes o mais breve possível. Dessa

forma, após a primeira semana do processo de inserção, a maioria das crianças encontram-se familiarizadas com o espaço institucional, interagindo com os objetos, com os colegas, as professoras e permanecendo todo o período sem manifestações de desconforto.

Diante destes relatos e expectativas quanto ao tempo necessário para a inserção da criança e de sua família em um novo ambiente, é importante ressaltar que os contextos familiares não são homogêneos. Nesse sentido, Rodrigues (2017) compreende que “a entrada das crianças no espaço coletivo da creche é um processo intenso e delicado, e a heterogeneidade dos grupos de crianças e famílias demonstra que há modos diversos para lidar com essa nova situação.” (RODRIGUES, 2017, p. 26)

Ao longo do ano, algumas especificidades das crianças são conversadas com as famílias no período em que elas deixam a criança na instituição ou no momento em que as buscam, ocorrendo assim um acompanhamento constante das necessidades individuais de cada criança/família. Há também reuniões que ocorrem com agendamento prévio, como a do início do ano letivo que já foi mencionada anteriormente, a de divulgação do projeto que será trabalhado com as crianças ao longo do ano, e a de entrega da avaliação de cada criança, sendo esta marcada individualmente com cada família.

Segundo uma das professoras da turma observada, quando há uma questão muito específica que precisa ser discutida com uma família ou com as famílias em geral, é agendada uma reunião extra, sendo que esta conta com a presença da coordenadora da instituição e dos profissionais necessários para a resolução da situação posta.

A partir da reunião realizada no início do ano, a professora relatou que percebe certa insegurança das famílias em deixar a criança com alguém desconhecido e em um ambiente que não seja o familiar. Segundo ela ainda, poucas são as famílias que demonstram compreender a educação infantil como um lugar de educar, um lugar para aprender. Percebe-se mais a necessidade de um lugar para deixar a criança, por conta do emprego que a família já tem ou da possibilidade de buscar um assim que a criança estiver inserida na instituição. Portanto, a vaga está sempre associada à necessidade do trabalho do adulto responsável pela criança no contexto familiar e não a um direito que a criança possui.

Assim, são poucas as famílias que vêem este lugar como mediador da aprendizagem e do desenvolvimento de suas crianças. Esta visão vai de encontro ao que as leis atuais que regem a educação infantil propõem, e que foram mencionadas anteriormente. Portanto, torna-se um desafio para a instituição e para as profissionais, elucidar as práticas educativas que giram em torno do contexto da educação infantil. Segundo Cerisara,

Este desafio está acima de tudo estreitamente ligado às relações creche-famílias, que precisam ser enfrentadas urgentemente no sentido de explicitar qual o papel que estas duas instituições devem ter no atual contexto histórico, a fim de que as professoras de educação infantil e as famílias - pais e mães das crianças- possam assumir suas responsabilidades com maior clareza dos seus papéis que, mesmo sendo complementares um em relação ao outro, são diferentes e devem continuar sendo. (CERISARA, 1999, p. 17)

Em certa parte, a professora do grupo acredita que a associação do papel da educação infantil ao cuidar, está muito ligada a dinâmica familiar e de sociedade em que vivemos. Sociedade esta que possui uma concepção instrucional, onde se valoriza exclusivamente os saberes escolares, deixando com que a educação infantil abarque uma concepção meramente assistencialista. Nesse sentido,

As instituições de educação infantil devem buscar delinear as suas especificidades, sem perder de vista que o trabalho a ser realizado com as crianças deve assumir um caráter de intencionalidade e de sistematização, sem cair na reprodução das práticas familiares, hospitalares ou escolares. (CERISARA, 1999, p. 16)

Sempre que possível, as profissionais da instituição com que mantive contato, mostram as famílias o papel educativo da instituição. Há, por exemplo, uma reunião logo após o processo de inserção em que se apresenta o planejamento às famílias. Nele constam as atividades que serão realizadas ao longo do ano no grupo, na perspectiva de construir novos conceitos e de fornecer elementos para o desenvolvimento das crianças. Para além disso, as ações do cotidiano, do cuidar, também carregam o caráter educativo, no sentido de que “o choro, o pegar no colo, existe um momento, uma fala, uma explicação do porque está se fazendo isso, não é o simples fato de fazer, mas fazer, e fazer a criança entender o porque.” (Professora G2, 2018)

Portanto, este é um caminho de via dupla, em que os profissionais da instituição devem conhecer as dinâmicas já estabelecidas no contexto familiar, mas em que as famílias também devem conhecer as dinâmicas estabelecidas e propostas pela instituição.

4.3 OBSERVAÇÕES E VIVÊNCIAS NA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Como mencionado anteriormente, a minha observação efetiva em sala se deu a partir do dia 26 de abril deste ano, mas cabe aqui mencionar uma observação anterior a este processo, enquanto visitávamos a instituição para conversa com a diretora e a coordenadora

da mesma. Conversávamos perto da sala dos grupos G2 e G3, quando uma das profissionais saiu da sala do grupo G2 e solicita que liguem para o pai de uma criança que chorava incansavelmente. A professora vendo a coordenadora ali conosco fala: Ele chegou com o pai, deu tchau e foi brincar. Agora não pára de chorar.

O fato ocorrido acima faz parte de uma imensidão de acontecimentos que podem surgir no processo de inserção. Neste caso, a criança já reconhecia o espaço e se sentiu confortável em se despedir do pai e ir brincar, mas o que não é possível saber de imediato é o fator que provocou com que ele sentisse de forma tão intensa e repentina a ausência pai.

Em observações posteriores, pude notar que estas ações se repetiam, sendo que o menino se despedia do pai e logo em seguida iniciava seu choro, mas agora (duas semanas após a primeira observação) as professoras do grupo conseguiam distraí-lo com algum brinquedo ou brincadeira, fazendo com que ele interagisse por algum tempo antes de iniciar novamente seu choro, ou por vezes passava o restante da tarde tranqüilo.

Pude perceber ao longo destes cinco dias, muitas variações de tempos, sendo que já haviam famílias que chegavam, conversavam um pouco com a professora do grupo e se despediam da criança sem maiores problemas para ambas. Nesse processo, me chamou a atenção uma menina, muito pequena, que já caminhava, mas caía facilmente, se levantando igualmente fácil e sem choro. No primeiro dia em que estive em sala, uma segunda-feira, esta menina se despediu dos pais e logo foi brincar, explorou a sala, lanchou, foi ao parque, etc. No dia seguinte não presenciei a mesma cena, pelo contrário, a menina chorou muito, queria muito o colo da professora e não se contentava com nenhum brinquedo. Cheguei até mesmo a questionar a professora se era a mesma menina, pois as vezes não guardo fisionomias, diante da resposta afirmativa da professora questionei o porque da reação da menina, se os pais haviam comunicado algo em relação a ela estar doente, com sono ou algo do gênero. A professora me relatou que ela tem esses momentos de choro para chamar a atenção, que em casa ela ficava muito no colo e que em certos momentos é provável que ela sinta falta deste adulto exclusivo.

Nos demais dias pude notar as mesmas reações desta menina, com momentos de choro que só cessavam quando recebia colo e momentos que ela brincava distraidamente pela sala. Para Batista, “as crianças são múltiplas, vivem experiências temporais diversas porque seus tempos próprios não são instituídos, mas vividos, e, dependendo do contexto em que se encontram, conseguem vivê-los de forma mais ou menos intensa.” (BATISTA, 2001, p. 12)

Outra família que se destacou no grupo, foi a de uma mãe e seu filho, que ainda estava em processo de inserção, ou seja, a criança permanecia em torno de 2 horas por tarde

na instituição. Lembrando que neste momento, a rede municipal já havia iniciado seu ano letivo em torno de 1 mês antes, mas pode ocorrer o ingresso de crianças ao longo do ano, caso a instituição tenha disponibilidade de vaga, e foi o que ocorreu com este menino. Ele estava na sua segunda semana na instituição, e foi notável por minha parte a insegurança da mãe em relação à separação de seu filho. Algumas foram as vezes, ao longo dos primeiros dias que estive observando, em que o menino se afastava da mãe e iniciava uma brincadeira, e ela permanecia ali, até que ele a notasse novamente e fosse ao seu encontro. Por vezes a professora comunicava a mãe que ela poderia sair da sala e permanecer em um espaço logo ao lado, composto pelo refeitório e também uma área de outras atividades, e com incerteza no rosto, a meu ver, a mãe saía depois de algum tempo.

Na segunda semana as professoras da sala aproveitaram mais o parque, que fica ao lado da sala, o qual era freqüentado também pelo grupo G3 (crianças de 2 a 3 anos de idade). Neste espaço a maioria das crianças se sentia mais confortável, e podia se perceber a exploração do espaço por elas, as brincadeiras com crianças do outro grupo e uma maior tranquilidade em permanecer neste local. Assim também ocorreu especificamente com o menino mencionado acima, logo que a mãe se despediu dele, as professoras foram ao parque com a turma, e lá ele se deixou levar pelo espaço e pelos materiais disponíveis para brincar.

Outra criança que, a meu ver, teve dificuldades no processo de inserção foi a mencionada no capítulo anterior, em que o pai ficava muito com o filho no colo, tendo insegurança de se afastar dele, mesmo que para ficar no espaço logo ao lado da sala. Nos dias em que pude observar este pai deixando seu filho, notei que o processo de despedida era muito rápido, como se aquela fosse a forma que o pai encontrou para conseguir se afastar do filho, pois sempre que a criança percebia onde estava chegando e que o pai se ausentaria ela começava a chorar. Uma das profissionais da sala me contou que foi necessária uma conversa específica com este pai, a fim de lhe assegurar a segurança e o cuidado do seu filho e para que ele pudesse compreender que este processo é permeado de choro, de angústias e incertezas, mas que como todo processo, ele é passageiro.

Em dois momentos pude observar a organização da instituição na sua totalidade, no sentido de promover uma atividade coletiva que abrangesse todas as idades. Assim, todos os grupos eram convidados a participar, e a organização se dava num espaço perto do parque que os grupos maiores freqüentam. A primeira vez que pude observar o grupo G2 neste espaço foi para assistir uma contação de história, e uma segunda vez para a apresentação do boi de mamão.

O primeiro momento coletivo ocorreu com uma pessoa contando a história e as crianças sentadas ao entorno para ouvir. Em sua maioria, as crianças maiores (3 a 6 anos) estavam atentas, e participavam de alguma forma, rindo, repetindo palavras, etc. Já os grupos menores, talvez por não frequentarem constantemente aquele espaço, estavam mais interessadas em explorá-lo. Assim, aos poucos, alguns foram se levantando e indo ao parquinho, apesar da nossa insistência em querer mantê-los na contação de história.

O segundo momento coletivo ocorreu de forma parecida, no mesmo espaço, perto do parque. A grande mudança a meu ver agora, era a participação efetiva das crianças na atividade proposta, pois foram elas que encenaram, dançaram e contaram a história do boi. A dinamicidade foi outra, com as crianças menores podendo ficar em pé e circular perto da apresentação. Mas, apesar desta possibilidade de interação, algumas ainda não se deram por satisfeitas e foram explorar o parque o que, para mim, faz parte do processo de inserção, pois faz com que a criança conheça o espaço e se reconheça como sujeito atuante nele.

Nesta tentativa de manter uma rotina, e de fazer com que as crianças vivenciem a mesma experiência em um tempo pré determinado, Batista (2001) discorre sobre a necessidade da criança ir além, de extrapolar esta unicidade proposta, de fazer escolhas quando não deveria fazer, optando por uma atividade/brincadeira ao invés de outra. Nesse sentido, as crianças vivem temporalidades distintas, cada qual com sua especificidade, sendo necessário percebê-las por detrás de uma rotina homogênea e uniforme nos tempos e espaços.

Por fim, gostaria de salientar uma observação que considero fundamental para a relação diária que se dá na instituição: a comunicação entre família e professoras do grupo. Todos os dias em que estive presente na instituição de educação infantil, pude perceber a conversa das professoras com o familiar que trazia a criança para aquele espaço. A atenção maior se voltava obviamente àquele(a) que ainda tinha maior dificuldade em permanecer sozinho na sala, mas também havia a preocupação em saber se a criança que já frequentava tranquilamente o ambiente havia almoçado, dormido, se estava se sentindo bem, etc.

Quando esta iniciativa em fazer as perguntas necessárias para o bem estar da criança não partiam da professora, por esta estar as vezes acompanhando alguma outra criança e sua família, o próprio adulto responsável pela criança que acabara de chegar tomava a iniciativa, dando informações que considera importantes, como as já listadas acima. Isto revela a relação proximal estabelecida entre família e profissionais e a parceria que ambas estão constituindo. Nesse sentido, vale novamente ressaltar que família e instituição devem caminhar juntas no cuidar e educar das crianças, uma complementando a outra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma melhor compreensão do processo de inserção das famílias em instituições de educação infantil, discutiu-se inicialmente e de forma breve, dois temas fundamentais que possibilitam compreender as mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos, a saber: o conceito de família e o surgimento das instituições.

As estruturas familiares vêm mudando ao longo dos últimos anos, e é preciso que os profissionais das instituições de educação percebam e reconheçam estas mudanças, para que não ocorram discriminações e atitudes que podem afetar a criança ou mesmo o indivíduo adulto em toda sua vida. Da mesma forma, as famílias precisam reconhecer este espaço como um espaço de direito das crianças de zero a seis anos de idade, e não apenas um lugar para deixar a criança e poder ir trabalhar.

A inserção da mulher no mercado de trabalho foi o principal fator de aumento de instituições de educação infantil nos últimos anos. Ao longo destes anos, também as instituições sofreram mudanças, deixando de terem um caráter assistencialista, baseado somente no cuidar, para poderem ter um caráter também educativo, respeitando os tempos e dinâmicas para esta faixa etária. Assim, é preciso que a família perceba esta indissociabilidade entre o educar e cuidar que se estabeleceu a partir da Constituição Federal de 1988 no Brasil.

Como foi visto ao longo das observações e também em conversa com as professoras do grupo, ainda é grande a insegurança da família em se separar da criança pequena, pois muitas estão adentrando pela primeira vez em uma instituição, sendo este um lugar de dinâmicas desconhecidas. Mesmo as famílias e crianças que já frequentam a instituição podem ter suas inseguranças, já que de um ano para o outro podem ocorrer algumas mudanças como: troca de sala, troca de profissionais responsáveis pelo grupo, alguma reforma, entre outros.

Nesse sentido é essencial a conversa diária dos profissionais com a família, para que possam estabelecer relações cada vez mais próximas e ambas contribuírem para o desenvolvimento da criança. Essa relação proximal também favorecerá o processo de inserção, pois as famílias terão um maior conhecimento das dinâmicas que compõe a instituição, estabelecendo uma relação de confiança, que é essencial para este processo, como visto neste trabalho.

Todos temos nossos tempos, nas mais diversas atividades do cotidiano, assim também as crianças e suas famílias possuem seus tempos, que devem ser respeitados, e caso

seja necessário, reorganizados dentro da instituição de educação infantil. Para isso, o olhar atento das profissionais que convivem diariamente com as famílias é fundamental, bem como o diálogo estabelecido entre ambas. É no estabelecimento dessa relação mútua que a inserção se constituirá em um processo harmonioso para todos os indivíduos envolvidos.

6 REFERÊNCIAS

BATISTA, R. **A rotina no dia-a-dia da creche: Entre o proposto e o vivido**. 24 Reunião da ANPED. **Anais...2001** Disponível em: <<http://24reuniao.anped.org.br/T0790391564557.doc>>

BRASIL, M. DA E. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 8 maio. 2018.

BRASIL, M. DA E. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 8 maio. 2018.

BRASIL, M. DA E. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 8 maio. 2018.

CERISARA, A. B. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? **Perspectiva**, v. 17, p. 11–21, 1999.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE FLORIANÓPOLIS. **Orientações para o processo de inserção das crianças na educação infantil**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_02_2011_11.00.45.5287056f9ac48e8178c3c9f5b54d5692.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE FLORIANÓPOLIS. **Orientações para o processo de inserção das crianças na educação infantil**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/15_02_2018_13.42.47.06cfbcb8ebfbca79da2ebcbbf57bac63.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2018.

FERNANDES, M. R. DA C. **Da família à creche: narrativas de mães sobre processos de transição de seus bebês**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2014.

FONSECA, C. **Olhares Antropológicos Sobre a Família Contemporânea**. Pesquisando a Família: Olhares Contemporâneos. **Anais...2002** Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/15984201/olhares_antropologicos_sobre_a_familia_contemporanea__2002.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1519156267&Signature=ZQ0gHA4nv67DI9CkQJY7CM4jgE4%3D&response-content-disposition=inline%3Bfilename%3Dolhares_antropologicos_sobre_a_familia_c.pdf>

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 50–59, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. [s.l.: s.n.], v. 264

MAISTRO, M. A. Relações creche e famílias, a quantas andam? **Perspectiva**, p. 49–59, 1999.

MIRANDA, M. G. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: BRASILIENICE, E. (Ed.). **Psicologia social: O homem em movimento**. São Paulo/SP: [s.n.], p. 125–135.

PANTALENA, E. S. **O ingresso da criança na creche e os vínculos iniciais.** [s.l.] Universidade de São Paulo, 2010.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR Online**, v. 33, p. 78–95, 2009.

REIS, L. M. DA S. **Inserção e vivências cotidianas: como crianças pequenas experienciam sua entrada na educação infantil?** Reunião Nacional da ANPED. **Anais...2013** Disponível em:
<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07_2944_texto.pdf>

RODRIGUES, Z. P. **A inserção na relação educativo-pedagógica na educação infantil.** [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.